

ELEIÇÕES 2022

**SOBERANIA NACIONAL,
DEMOCRACIA, DIREITOS
HUMANOS E FIM DA
ISRAELIZAÇÃO DO BRASIL**



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é dirigido aos brasileiros de origem palestina e aos demais milhões de eleitores brasileiros que se preocupam com as consequências para a Palestina, para o Brasil e para o mundo que as escolhas eleitorais podem ter, especialmente nestas eleições de 2022.

Não é uma indicação de voto, mas a apresentação de elementos que orientem na escolha dos candidatos, considerando os reais interesses nacionais brasileiros, sua inserção soberana no mundo, a defesa dos direitos humanos no Brasil, na Palestina e no mundo e a superação do ódio, da intolerância, do racismo e da xenofobia.

Assim, o que segue é esforço da FEPAL para dar sua contribuição à construção de um Brasil melhor para todo o seu povo e que seja um ator internacionalmente importante e respeitado, cuja intervenção sempre defenderá um mundo mais justo e solidário.



A FEPAL É DE TODOS OS PALESTINOS

A FEPAL é uma entidade geral, que representa a totalidade dos palestinos e descendentes de palestinos residentes no Brasil, que são diversos em opiniões, religiosidade e visões políticas, ideológicas e partidárias. Não é papel da FEPAL adotar uma posição em detrimento de outras. A FEPAL não é um partido político!

Mas é obrigação da FEPAL zelar pelos interesses de seus representados, que vão da libertação da Palestina à defesa da nossa comunidade residente no Brasil. Por isso a FEPAL organiza a diáspora brasileiro-palestina para que esta tome parte de todas as lutas que lhe são indispensáveis.

E as eleições são parte deste processo. Nelas definimos como viveremos, como o Brasil se inserirá no mundo, como nossas políticas interna e externa tratarão os direitos humanos e a soberania dos povos, o palestino dentre eles.

Assim, é de suma importância verificar cada candidatura posta, seja de que partido for, para verificarmos suas identidades com nossas necessidades e preocupações, ou quanto às negam e afrontam. É o desafio que segue neste material.



1. BRASIL SOBERANO

O Brasil é um dos países mais importantes do mundo e não pode ficar subordinado a interesses estrangeiros. Os interesses do Brasil, em todas as áreas, devem ser defendidos e promovidos. Assim, a vontade eleitoral deve recusar os candidatos que subordinam o Brasil a interesses estrangeiros, como aos de Israel e EUA que, juntos, nos últimos quatro anos, deram prejuízo (déficit em nossa balança comercial) de 22 bilhões de dólares (R\$ 110 bilhões) – 2 bilhões de dólares (R\$ 11 bilhões) foi o prejuízo dado por Israel ao Brasil. Ao mesmo tempo, devem merecer atenção candidatos que se coloquem a favor da soberania brasileira.

2. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos estão entre nossas preocupações. A igualdade de direitos e deveres só se materializa com democracia. Se uns têm mais direitos que outros, a lei é subvertida em favor de poucos e a democracia começa a ruir. Grupos e pessoas são desumanizados e suprimidas as liberdades civis. Direitos humanos significam segurança, trabalho e renda dignos, educação e saúde, moradia e igualdade de condições para todos, independente de cor, religião, renda, escolaridade, origem étnica, sexo ou idade. E não há direitos humanos sem democracia. Escolhamos nestas eleições a democracia e os direitos humanos.

3. ÓDIO E INTOLERÂNCIA

São inaceitáveis o ódio e a intolerância. A intolerância e o ódio matam a democracia e as liberdades civis e envenenam a sociedade. Levam violência às escolas, templos, locais de trabalho e lazer e à política. Eliminar o outro vira necessidade para a prevalência da própria visão, inclusive religiosa. Os responsáveis por este ambiente perturbador são facilmente identificáveis e devem ser denunciados e evitadas suas candidaturas. Nunca foi tão importante eleger quem combate o ódio e a intolerância e evitar os que os promovem. Se mantidos, levarão o Brasil a mais violência e morte, e até à desintegração social e territorial.

4. RACISMO, XENOFOBIA E ISLAMOFOBIA

O racismo é nojento e abjeto. Crime de lesa-humanidade pelo Direito Internacional. Devemos combater o racismo e os racistas e defender políticas que promovam a igualdade racial. O crescimento do racismo no Brasil levou, também, à xenofobia contra imigrantes recém-chegados e aos aqui residentes há muitos anos e a seus descendentes. Árabes e descendentes, os brasileiro-palestinos incluídos, viraram alvos de nova forma de racismo e xenofobia, a islamofobia, que já virou arabofobia e palestino-fobia. Nestas eleições, devemos varrer da vida pública os promotores desta agenda e colocar em seus lugares pessoas comprometidas com a igualdade racial.



5. DESENVOLVIMENTO E PROSPERIDADE

Para uma vida melhor, na qual empresários empreendam e haja trabalho e salários justos, precisamos de políticas que apostem no crescimento econômico, que gerem renda, riqueza e prosperidade. Incrementar o mercado interno e as capacidades de financiamento ao investimento e ao consumo são as chaves para a superação da pobreza e dos desequilíbrios regionais. Queremos desenvolvimento científico e tecnológico para modernizar a economia e dar autonomia ao Brasil. Já vimos políticas neste sentido sabemos dos bons resultados. Devemos escolher os que apostam no desenvolvimento e na prosperidade e refutar os que atacam esta agenda.

6. DIREITOS DO POVO PALESTINO

O Brasil sempre reconheceu os direitos nacionais, civis e humanitários do povo palestino. Recentemente (2010) reconheceu o Estado da Palestina. As relações entre Brasil e Palestina devem se aprofundar diplomaticamente e nos campos econômico e social, científico e tecnológico, educacional e cultural. Jamais recuar! Devemos apoiar os que promovem a amizade entre Brasil e Palestina, para que os acordos de cooperação (livre comércio, educação, cultura e tecnologia), já aprovados pelo Congresso Nacional, entrem em vigor e beneficiem os dois povos. As potencialidades comerciais e diplomáticas crescerão com estes acordos e o Brasil terá ainda mais projeção internacional.

7. CUMPLICIDADE COM OS CRIMES DE ISRAEL

O Brasil é amante da paz e sempre respeitou o Direito Internacional e as resoluções da ONU. Por isso não pode cooperar com Israel, um regime de apartheid, que promove limpeza étnica na Palestina ocupada. Acordos de cooperação militar com Israel, recentemente aprovados pelo Congresso Nacional, tornam o Brasil cúmplice destes crimes de lesa-humanidade. A Constituição Federal proíbe estes acordos. Eles prejudicam a imagem do Brasil e sua indústria de defesa. Cooperar com Israel legitima seus crimes e prolonga o sofrimento do povo palestino. Devemos votar nos que denunciam estes acordos e denunciar todos os que os apoiam.

8. MUNDO MULTIPOLAR E LIDERANÇA DO BRASIL

Para que o Brasil desenvolva suas potencialidades e exerça seu papel de liderança, é preciso uma nova ordem internacional. Um mundo multilateral, em que países e blocos decidam livremente seus caminhos, é o melhor para o Brasil. O país, que é líder no continente e um dos candidatos a liderar o mundo, deve adotar política externa que busque o fim da hegemonia imperialista, especialmente dos EUA. Somente um mundo sem guerras e sanções unilaterais e ilegais permitirá ao Brasil e aos demais países relações estáveis e vantajosas, sem ameaças e retaliações. A política externa deve ser considerada na hora da escolha.



9. FIM DA ISRAELIZAÇÃO DO BRASIL

No Brasil há uma sensação de que os interesses de Israel sobrepujam os do Brasil. A bandeira de Israel está em atos públicos, inclusive governamentais, em púlpitos de empresas da fé e em áreas controladas pelo crime organizado, especialmente pelo narcotráfico e pelas milícias. Autoridades juram lealdade a Israel, e não ao Brasil, em ministérios e parlamentos. Nossas forças de segurança treinam em Israel e forçam compras de equipamentos e sistemas israelenses. Até nas Forças Armadas e em nossos serviços de inteligência há ingerência israelense. Esta israelização precisa acabar. Os interesses do Brasil são inalienáveis. Nossa bandeira é a do Brasil e nossa capital não é Tel Aviv.

10. RESPEITO ÀS URNAS

Por fim, a escolha soberana do povo brasileiro é a que deve prevalecer. A vontade soberana do povo está acima de tudo. É a substância mesma da democracia. Os resultados das urnas devem ser respeitados e os eleitos e/ou reeleitos precisam conduzir políticas que acabem com o ódio, a intolerância, o racismo e a xenofobia. Que resgatem a democracia, as liberdades civis e a soberania nacional. Que retomem o desenvolvimento nacional e a recuperação do emprego e da renda. Que retornem o Brasil à sua tradição diplomática, de respeito ao Direito Internacional, especialmente o humanitário, e às resoluções da ONU. Que saia das urnas um Brasil melhor e para todos os brasileiros.

**ISRAEL FORA
DA ONU JÁ!**

